

O PAPEL DO ESTATUTO DE AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS NO EMPREGO DE ARTIGO DEFINIDO DIANTE DE PRONOME POSSESSIVO NA NORMA URBANA DE MOÇAMBIQUE

Danielle Kelly Gomes¹

RESUMO: Este artigo investiga a variação no emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos na norma urbana do português falado em Maputo. Ancorado no quadro teórico da Sociolinguística Variacionista, o estudo analisa 627 ocorrências extraídas de um corpus oral recolhido em 2016, distinguindo pessoas que se autodeclaram falantes de português como L1 e como L2 (com L1 bantu). Os resultados mostram que, embora a presença do artigo seja majoritária na amostra global, a ausência configura uma variante produtiva e sistematicamente condicionada. Em ambos os grupos, o tipo de sintagma emerge como o principal fator estrutural, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais e desfavorecimento em sintagmas preposicionados. No entanto, a arquitetura sociolinguística da variação difere conforme o estatuto de aquisição do português: entre falantes de L1, a variação é densamente socializada, articulando fatores estruturais, semântico-discursivos e sociais; entre falantes de L2, predominam restrições gramaticais e semântico-funcionais, com menor incidência de variáveis sociais. Os resultados evidenciam o papel do multilinguismo e do contato linguístico na modelagem de gramáticas variáveis e contribuem para a compreensão das convergências e divergências entre variedades do português.

PALAVRAS-CHAVE: artigo definido; pronome possessivo; variação; português em Moçambique; contato linguístico.

1 Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

O emprego de artigo definido diante de pronomes possessivos, como mostram os exemplos de (1) a (4), a seguir, é uma regra variável descrita em diversos estudos sociolinguísticos que se ocupam das variedades do português brasileiro (Silva, 1982, 1996; Callou; Silva, 1997; Baxter; Lopes, 2009).

- (1) **o meu** pai ele estudou em escolas públicas;
- (2) agora eu acho engraçado **meu tio** tem cento e trinta quilos;
- (3) eu acredito que você tem que tem que ter **sua educação** em casa;
- (4) da mesma forma que te ajuda também dificulta muito **a sua escolha**.

No português europeu, as investigações disponíveis revelam que não há variação no uso de artigos diante de possessivos. A variedade se define pelo uso categórico do determinante definido diante de possessivos. A ausência de artigo nesse contexto só é possível em construções cristalizadas (*Nossa Senhora*, *Vossa Senhora*) e em estruturas com função vocativa (*Não, minha senhora!*), “sendo a não ocorrência do artigo definido nas restantes frases sentidas como anômala” (Inverno e Swolkien, 2003, p. 182)². Os exemplos entre (5) e (7) – retirados de um mesmo inquérito da amostra *Concordância-Oeiras/Lisboa*³ – ilustram o funcionamento da regra na norma europeia:

2 Estudos recentes sobre o português não padrão continental e sobre a variedade falada no Funchal relativizam a ideia de que o uso do artigo definido antes de possessivos seja categórico nas variedades europeias. Carrilho e Pereira (2011) e Bazenga (2023) mostram que, embora seja mais frequente o emprego do determinante diante de possessivo, o artigo pode ser omitido, sobretudo em contextos de parentesco, como *meu pai* e *minha mãe*.

3 Disponível em: <https://corporaport.letras.ufrj.br/corpora/corpus-concordancia/pe-oeiras-lisboa/>. Acesso em: 06 mar. 2026.

- (5) **o meu pai** era pedreiro **a minha mãe** era cozinheira;
- (6) é porque criamos separamos cada um vive **a sua vida aqui** está-se a ter uma relação muito cada um na **na sua casa** portanto é um namoro mas cada um para sua casa;
- (7) aqui está-se a tornar hum – **o nosso país** vive muito preocupado com as estatísticas.
- Na norma urbana de Maputo, capital da República de Moçambique, os exemplos abaixo confirmam que, de fato, há variação no emprego de definidos diante de possessivos.
- (8) temos **a nossa língua nacional que é o português...** fala-se mais português... só que pronto né... tanto as crianças como professores... costumam meter outra língua (PMO-C-2-m);
- (9) fala-se... hum... **nossa língua tradicional** (PMO-B-1-m);
- (10) Eu ia criar **meus filhos** como **minha mãe** fez (PMO-A-1-f);
- (11) Isso me criou formas de conseguir alcançar **o meu objetivo** (PMO-C-2-m);
- (12) tu e **teu marido** trabalham? (PMO-C-3-f);
- (13) Você agora é licenciado em ciência de educação, então **o teu lugar** não é aqui (PMO-3-C-m);
- (14) **Na minha zona**, na zona que eu tô a morar agora, muita gente fuma (PMO-A-1-f);
- (15) Eu gosto muito de dar **minha opinião** (PMO-A-2-m).

À luz desse panorama comparativo, o presente estudo parte do pressuposto de que a variação no emprego do artigo definido diante de pronomes possessivos é um fenômeno importante para a investigação das relações entre mudança gramatical, atuação de restrições sociolinguísticas e caracterização das variedades do português. Ao contrastar o comportamento variável observado no português brasileiro com o caráter categórico da norma europeia e com os padrões descritos para variedades africanas, busca-se contribuir para a compreensão dos mecanismos que regulam a

regra variável na comunidade de fala de Maputo. Desse modo, o trabalho pretende avançar na discussão sobre a convergência e a divergência entre variedades do português.

Ao focalizar a dinâmica da regra variável na norma urbana de Moçambique, objetiva-se perceber também o impacto de particularidades da comunidade de fala de Maputo na modelagem da variação, sobretudo no que se refere ao papel do multilinguismo na interação entre restrições que afetam a alternância entre as variantes. Para atingir esse objetivo, o artigo se organiza em considerações sobre a regra variável em foco, seguidas das hipóteses e de breves reflexões sobre o contexto multilíngue da norma urbana de Moçambique. Posteriormente, descrevem-se a metodologia adotada para a análise dos dados e os resultados da análise variacionista. Por fim, tecem-se considerações sobre os resultados e o impacto da discussão na reflexão sobre tensões e intersecções entre as variedades do português.

Artigos definidos diante de possessivos em variedades do português

O artigo definido do português origina-se nas formas acusativas do demonstrativo latino *ille* (*illu(m)/illa(m); illos/illas*). No latim vulgar, *ille* e *ipse* passam a desempenhar a função de marcar referência a entidades já introduzidas no discurso. Castro (1991) observa que essa função anafórica dos demonstrativos começa a se enfraquecer quando os pronomes passam a ocorrer junto a substantivos que não haviam sido previamente mencionados. Esse progressivo esvaziamento semântico-discursivo da anáfora, aliado à especialização funcional e à redução fonética das formas, resulta no processo de gramaticalização que culmina no surgimento do artigo definido.

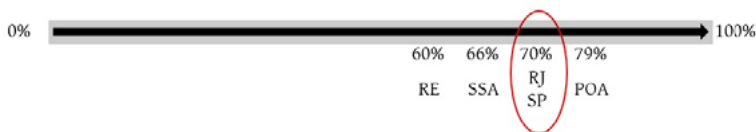
O emprego de artigos definidos diante de possessivos é um processo historicamente documentado em português. Rinke (2010) atesta que

enquanto o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português [europeu] actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo. A partir do século XIV, existe uma fase de variação, na qual o emprego do artigo é opcional. No século XIX, o uso do artigo em combinação com os pronomes possessivos generaliza-se, com excepção dos termos de parentesco (Rinke, 2010, p. 136).

No que se refere ao português brasileiro contemporâneo, Callou e Silva (1997, p. 15) afirmam que “o percentual de uso de artigo definido diante de possessivos e nomes próprios é quase idêntico, enquanto, em Portugal, o percentual de uso de artigos diante de possessivos é mais alto que diante de nomes próprios”. As autoras comprovam, por meio de uma análise diacrônica e comparativa entre as duas variedades, que a taxa de emprego de artigo definido diante de possessivos no português brasileiro contemporâneo corresponde à frequência de uso dos definidos na norma europeia entre os séculos XVI e XVIII.

Com base na análise de dados das capitais mapeadas no âmbito do projeto *Norma Urbana Culta*, Callou e Silva (1997) descrevem a regra variável que distingue, de um lado, Recife e Salvador, e de outro, Porto Alegre. Os resultados revelam um gradiente de crescimento no uso de artigos definidos diante de possessivos à medida que se avança geograficamente do Nordeste em direção ao Sul, configurando um contínuo regional, como se observa na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Frequência de uso de artigo definido nas capitais mapeadas pelo NURC-BR



Fonte: elaboração própria, com base nos dados apresentados por Callou e Silva, 1997, p. 21.

No que tange ao emprego de artigo definido diante de possessivos no português europeu, é importante resgatar as considerações apresentadas por Schei (2009) e Magalhães (2011). Embora Schei (2009) concentre sua análise em romances brasileiros, a autora inclui também obras portuguesas dos séculos XIX e XX, demonstrando que, nessa variedade, o emprego do artigo definido diante de possessivos se configura como uma regra categórica, em contraste marcado com o padrão variável observado no português do Brasil. Já Magalhães (2011), ao realizar um estudo diacrônico da expansão desse uso na variedade europeia, a partir de um conjunto de dados que compreende o período entre os séculos XVI e XIX, identifica trajetórias distintas para a regra variável conforme o tipo de sintagma: nos sintagmas nominais, a variação já é documentada no século XVI, mas se enfraquece no XVII, desaparecendo no XVIII, dando lugar, no XIX, à generalização do uso categórico do artigo definido; nos sintagmas preposicionais, a ausência de artigo é inicialmente categórica no século XVI, com a variação emergindo no século XVII e se mantendo ativa até o século XIX.

Os estudos anteriormente mencionados concentram-se majoritariamente em *corpora* escritos e em normas urbanas das variedades brasileira e europeia do português. Torna-se necessário, porém, ampliar esse quadro analítico para incluir investigações que tratam do uso do artigo definido em variedades reestruturadas do português e em normas ainda em processo de consolidação. Nesse sentido, destacam-se pesquisas como as de Baxter e Lopes (2009), sobre o falar de Helvécia; Figueiredo (2019), sobre o Português de Almoxarife; Atanásio (2002), sobre a escrita de crianças em Nampula, no norte de Moçambique; Gomes e Cordeiro (2021), sobre a norma urbana são-tomense; e Azevedo (2025), sobre a norma urbana de Luanda. Esses trabalhos ampliam o escopo da análise da variação ao incorporar contextos sociolinguísticos marcados pelo contato linguístico.

No caso de Helvécia, comunidade afro-brasileira no sul da Bahia, Baxter e Lopes (2009) demonstram que o uso do artigo definido em sintagmas nominais é condicionado por fatores morfossintáticos. Sintagmas modificados por orações relativas não restringem a ocorrência do artigo, enquanto a presença de pronomes possessivos atua como fator inibidor. Essa diferença é interpretada com base no papel referencial dos possessivos, que já assegurariam a identificação do referente, tornando o artigo funcionalmente redundante nesse contexto.

Já no Português de Almocharife, Figueiredo (2019) identifica condicionamentos sociais relevantes, como o gênero: homens tendem a empregar mais o artigo diante de possessivos do que mulheres, o que é explicado pelo maior contato masculino com centros urbanos, escolarização e instituições formais. Além disso, ao comparar essa variedade com outras comunidades, o autor observa que Almocharife apresenta um padrão de variação estável, enquanto em Helvécia e na variedade do Português dos Tongas⁴ os resultados sugerem indícios de mudança em progresso, com maior uso do artigo entre falantes mais jovens.

No contexto de Moçambique, Atanásio (2002) mostra que a ausência de artigos em sintagmas nominais constitui um padrão generalizado na escrita dos estudantes de Nampula e não se restringe à escrita escolar, estendendo-se a diferentes segmentos sociais. O autor atribui esse comportamento à forte interferência das línguas bantu, que não dispõem de um sistema de artigos e marcam a referência por meio de prefixos de classe associados ao nome. Assim, o contato linguístico é interpretado como um fator decisivo na configuração dessa gramática nominal, superando inclusive a influência normativa do português europeu.

4 De acordo com Lopes e Baxter (2011, p. 2), o português dos Tongas é uma variedade de português presente na ilha de São Tomé (na África Central Ocidental), sendo falado por descendentes de africanos contratados nos séculos XIX e XX para trabalharem nas grandes roças de cacau e café.

Na norma urbana de São Tomé, Gomes e Cordeiro (2021) identificam uma regra efetivamente variável no emprego de artigos definidos diante de possessivos, com leve favorecimento para a presença do artigo, contrariando a expectativa inicial de predominância da ausência, dada a coexistência entre o português com o crioulo forro, língua que não possui sistema de artigos. A variação é condicionada por fatores como escolaridade, tipo de sintagma, função sintática e valor semântico da posse. De modo semelhante, Azevedo (2025) mostra que, na norma urbana de Luanda, também há uma regra variável, com tendência ao favorecimento do artigo definido, apesar da convivência com línguas bantu. Nesse contexto, fatores morfossintáticos, semânticos e sociais — como contração com preposição, gênero e número do nome, tipo de função sintática, estatuto linguístico dos falantes e faixa etária — organizam a distribuição das variantes, revelando inclusive um afastamento da norma europeia entre falantes jovens e adultos.

Em conjunto, os trabalhos revisados evidenciam que o emprego do artigo definido diante de possessivos constitui um fenômeno altamente complexo e multifatorial, sensível tanto a condicionamentos estruturais quanto sociais. Observa-se ampla variabilidade entre comunidades, variedades e normas em formação. Esse panorama teórico-empírico fornece, assim, uma base fundamental para a delimitação da hipótese de investigação sobre a norma urbana de Maputo, permitindo situá-la em um quadro mais amplo de variação e mudança no português.

Expectativas da investigação

Por conta da coexistência entre o português e as línguas autóctones na comunidade – línguas da família bantu –, toma-se por hipótese que a norma na variedade do português falada na capital de Moçambique é a ausência de artigos diante de possessivos. Quanto ao comportamento das línguas bantu de Moçambique, o único trabalho a que se teve acesso é o de Atanásio (2002). De

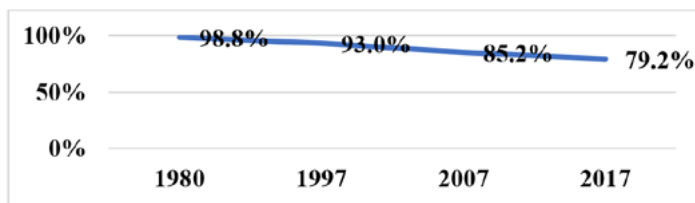
acordo com o autor (2002, p. 10), o artigo definido não é utilizado, porque os falantes não encontram “correspondentes na sua língua materna e pelo seu carácter ‘expletivo’ e ‘fraco’”.

A norma urbana de Maputo seria uma variedade em que a ausência artigo definido diante de possessivos seria produtiva no discurso dos informantes que se autodeclararam como falantes de português como segunda língua e que consistentemente transitam em esferas multilíngues. As línguas bantu, em geral, não possuem um sistema de artigo definido. Nessas línguas, as marcações de definitude e especificação são pós-nominais. Dada essa propriedade das línguas bantu e dado o fato de que a população adulta moçambicana é predominantemente bilingue (os indivíduos são falantes do português e de pelo menos uma língua local), espera-se que o contato entre o português e as línguas nacionais molde a gramática da variedade urbana de Moçambique no sentido de desfavorecer o emprego do artigo definido ante os pronomes possessivos.

Considerações sobre o multilinguismo em Moçambique e os efeitos do contato entre línguas na modelagem da variação

Moçambique é um país situado na costa sudeste do continente africano, organizado administrativamente em onze províncias — Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Manica, Maputo, Cidade de Maputo, Nampula, Niassa, Sofala, Tete e Zambézia — que, em conjunto, ocupam uma área de 801.537 km². O português é a língua oficial do país e convive em intenso contato com pelo menos 20 línguas bantu, além de diversas línguas estrangeiras, como inglês, árabe, hindi, gujarati e urdu, bem como outras línguas de origem asiática (Firmino, 2002; Chimbutane, 2018). O gráfico 1 apresenta, com base nos dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017, o percentual da população moçambicana que reconhece ter como L1 uma língua da família bantu.

Gráfico 1 – Distribuição da população com *L1 bantu* em 1980, 1997, 2007 e 2017



Fonte: Chimbutane, 2018, p. 93.

Os dados dos mapeamentos populacionais revelam que o número de indivíduos que reconhecem ter como língua materna pelo menos uma língua autóctone de Moçambique vem diminuindo ao longo dos anos, enquanto o contingente populacional que se identifica em trânsito entre o português e as línguas locais vem aumentando consideravelmente. No que diz respeito especificamente a Maputo, capital de Moçambique e local de recolha dos inquéritos analisados neste estudo, os dados do mapeamento mais recente do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017) indicam que a província contava com uma população aproximada de 2,8 milhões de habitantes, o que a configura como o principal centro demográfico do país. Trata-se de um contexto eminentemente urbano, no qual o português se estabelece como a principal língua de interação social e língua oficial da máquina institucional.

A dinâmica linguística moçambicana contemporânea é marcada por um duplo movimento: de um lado, a forte expansão institucional do português como língua de escolarização, administração e mobilidade social; de outro, a permanência das línguas bantu como fundamentos centrais da identidade cultural e do pertencimento social. Ao mesmo tempo em que, como assinala Chimbutane (2018, p. 93), “o aumento, em termos de proporção, de falantes de português em Moçambique indica que, em cerca de 40 anos, o governo moçambicano investiu mais em língua portuguesa do que Lisboa fez em cinco séculos”, a permanência das

línguas bantu como fundamentos centrais da identidade cultural e do pertencimento social reflete um conjunto de políticas, adotadas principalmente após o texto constitucional de 1990, que leva à legitimação da educação bilíngue e ao reforço do contato entre as línguas, permitindo, cada vez mais, que a variedade moçambicana do português também seja modelada na interação entre o português e as línguas locais.

Nesse sentido, Langa (2019), em um estudo sobre a percepção da comunidade moçambicana bilíngue acerca do uso do português e das línguas bantu, afirma que

De um modo geral, tanto o uso da LP/ L2 como da LB/ L1 são avaliados positivamente pelos inquiridos, apontando, assim, para uma geração que convive de forma harmoniosa com o seu bilinguismo. Quanto à identidade político-cultural, mais especificamente, os inquiridos não se sentem discriminados como cidadãos moçambicanos pelo facto de falarem Português, mas tendem a considerar que o domínio de uma língua bantu os torna cidadãos mais genuinamente moçambicanos (Langa, 2019, p. 261).

Em síntese, o quadro sociolinguístico de Moçambique revela-se profundamente marcado pela coexistência dinâmica entre o português e as línguas bantu. A expansão do português, impulsionada por políticas estatais de escolarização, institucionalização e integração nacional, não se traduz em apagamento das línguas locais, que permanecem como pilares centrais da identidade cultural, do pertencimento comunitário e da construção simbólica da variedade do português em formação. Esse cenário fornece, portanto, o enquadramento sociolinguístico fundamental para compreender os processos de variação, contato e reconfiguração gramatical que caracterizam o português em Moçambique e orientam as análises desenvolvidas neste trabalho.

Metodologia

Para atender aos objetivos da investigação, foram levantadas 627 ocorrências em um *corpus* representativo da norma urbana oral falada em Moçambique. Os dados foram recolhidos na cidade de Maputo, no ano de 2016, e integram a amostra Moçambique-PORT⁵. Os dados foram coletados em 18 inquéritos que constituem a amostra principal do banco de dados.

A amostra encontra-se estratificada segundo as variáveis sexo, faixa etária e escolaridade, o que possibilita a análise sistemática de condicionamentos sociais sobre o fenômeno em estudo. Além disso, é possível controlar a relação dos falantes com as línguas locais, por meio do estatuto do português, definido com base na autodeclaração dos informantes, permitindo considerar o papel do multilinguismo e do contato linguístico na constituição da norma urbana em Maputo.

Por se tratar de uma análise de cunho variacionista (Weireich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972]), postularam-se restrições estruturais e sociais que podem condicionar a variação. Controlaram-se o efeito de 11 variáveis de análise – 6 variáveis estruturais e 5 variáveis sociais – conforme ilustra o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – variáveis investigadas

LINGÜÍSTICAS	SOCIAIS
Tipo de sintagma Tipo de verbo Pessoa do discurso Semântica da posse Preposição Função na estrutura de predicação	Faixa etária Escolaridade Sexo Estatuto do português Línguas de comunicação

Fonte: elaboração própria.

5 Disponível em: <https://corporaport.letras.ufrrj.br/corpora/portugues-mocambique/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

As ocorrências foram catalogadas em uma planilha do Excel e manipuladas estatisticamente com as ferramentas disponíveis no *RStudio*, com a adoção do modelo de regressão logística binomial na análise multivariada. Definiu-se como valor de referência para análise a variante *ausência* de artigo definido diante de possessivo. Na análise estatística, os dados foram separados em dois conjuntos, consoante do estatuto de aquisição do português: de um lado, as ocorrências extraídas dos inquiridos dos informantes que se autodeclararam ter o português como L1; de outro, as ocorrências extraídas dos inquiridos dos informantes que se autodeclararam ter como L1 uma língua bantu. Os resultados das análises serão discutidos na seção a seguir.

Resultados

A tabela 1 apresenta os resultados em termos percentuais da ocorrência de artigos definidos diante de possessivos nos dados da norma urbana de Maputo, considerando (1) a distribuição geral dos dados; (2) a distribuição dos dados na subamostra de falantes português L1 e (3) a distribuição dos dados na subamostra de falantes português L2 (L1 bantu).

Tabela 1 – Distribuição das variantes

	Apl/T
<i>Distribuição geral</i>	
Presença de artigo	381/627 = 61%
Ausência de artigo	246/627 = 39%
<i>Falantes de Português L1</i>	
Presença de artigo	252/392 = 64,2%
Ausência de artigo	140/392 = 35,7%
<i>Falantes de Português L2</i>	
Presença de artigo	129/235 = 54,8%
Ausência de artigo	106/235 = 45,1%

Fonte: elaboração própria.

De modo geral, os resultados indicam produtividade da variante presença do artigo, que ocorre em 61% dos casos (381/627), em contraste com a ausência, registrada em 39% (246/627). Quando se considera o estatuto do português, observa-se que, entre os falantes de português como L1, a presença do artigo é ainda mais frequente, atingindo 64,2% das ocorrências (252/392), contra 35,7% de ausência (140/392). Já entre os falantes de português como L2, embora a presença do artigo também seja majoritária, ela se reduz para 54,8% (129/235), enquanto a ausência alcança 45,1% (106/235), configurando um padrão mais equilibrado e sugerindo maior variabilidade, que pode estar associada a uma interferência das gramáticas das línguas maternas bantu na dinâmica da gramática variável do português.

No quadro 2, a seguir, apresentam-se as variáveis estatisticamente relevantes para cada subconjunto de dados e os valores de significância (*p-value*) dos condicionamentos relevantes estatisticamente:

Quadro 2 – variáveis estatisticamente relevantes

FALANTES DE PT L1	P-VALUE	FALANTES DE PT L2	P-VALUE
<i>Tipo de sintagma</i>	4.99e-08	<i>Tipo de sintagma</i>	8.81e-07
Escolaridade	9.34e-06	<u>Tipo de posse</u>	0.02
Línguas de comunicação	0.000743	Faixa etária	0.00198
Sexo	0.00992	Função	0.00903
<u>Tipo de posse</u>	0.02		

Fonte: elaboração própria.

A observação da dinâmica entre as variáveis estatisticamente relevantes evidencia que as restrições que condicionam a ausência de definidos diante de possessivos diferem de forma sistemática entre falantes de português como L1 e falantes de português como L2. No grupo de PT L1, as variáveis com maior significância

estatística são o “tipo de sintagma” ($p = 4,99e-08$) e a “escolaridade” ($p = 9,34e-06$), seguidas por “línguas de comunicação” ($p = 0,000743$), sexo ($p = 0,00992$) e “tipo de posse” ($p = 0,02$), indicando uma interação mais robusta entre fatores estruturais/funcionais e sociais. Já entre os falantes de PT L2, destacam-se como mais relevantes o “tipo de sintagma” ($p = 8,81e-07$) e a “faixa etária” ($p = 0,00198$), além de “função sintática” ($p = 0,00903$) e “tipo de posse” ($p = 0,02$)⁶, configurando um quadro em que fatores estruturais/funcionais assumem maior peso explicativo, ao lado de condicionamentos sociais específicos, na organização da variação nesse conjunto.

Na tabela 2, a seguir, apresentam-se a distribuição percentual, os pesos relativos e os *logodds* para as variáveis estatisticamente relevantes nos dados dos indivíduos que se autodeclararam falantes de português L1.

Tabela 2 – Variáveis selecionadas para a *ausência* de artigo definido – falantes de PT L1

Variante	Apl/T	PR.	logodds	Variante	Apl/T	PR.	logodds
1. Tipo de sintagma				4. Sexo			
SN	110/239 = 46%	.667	0.697	Masculino	20/70 = 28,5%	.643	0.588
SPrep	30/153 = 19%	.333	-0.697	Feminino	120/322 = 37,2%	.357	-0.588
2. Escolaridade				5. Tipo de posse			
Básica	54/104 = 51,9%	.715	0.920	Relações pessoais	23/49 = 56,9%	.634	0.551

6 As variáveis serão apresentadas com base nos valores de *p-value* obtidos na análise estatística, embora se reconheça que o *p-valor* constitui, fundamentalmente, um critério para avaliar a rejeição ou não da hipótese nula, não devendo ser interpretado como medida da magnitude do efeito nem como parâmetro para hierarquizar a relevância das variáveis analisadas.

Interme- diária	30/77 = 38,9%	.439	-0.246	Partes do corpo	1/2 = 50%	.609	0.444
Superior	56/155 = 36,1%	.338	-0.624	Parentesco	79/182 = 43,4%	.527	0.109
3. Línguas de intercomunicação				Posse abstrata	26/115 = 22,6%	.350	-0.619
SóPortu- guês	19/87 = 21,8%	.316	-0.772	Posse alienável	11/44 = 25%	.381	-0.485
Tanto Portu- guês quanto línguas loais	121/305 = 39,6%	.684	0.772				

Fonte: elaboração própria.

A tabela 2 evidencia que, entre os falantes de Português como L1, a ausência do artigo definido é condicionada por um conjunto articulado de fatores estruturais/discursivos e sociais. No plano estrutural, o “tipo de sintagma” destaca-se como o principal fator, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais (SN) ($PR = .667$; $\logodds = 0.697$) e desfavorecimento em sintagmas preposicionados (SPrep) ($PR = .333$; $\logodds = -0.697$). No eixo social, observa-se um efeito consistente da “escolaridade”, com maior propensão à ausência entre falantes de escolaridade básica ($PR = .715$) e redução progressiva nos níveis intermediário e superior, configurando um padrão compatível com processos de estratificação sociolinguística, e que pode sugerir uma correlação entre o trânsito por práticas prestigiadas de letramento e aderência à norma de referência da comunidade, o português europeu.

A variável “línguas de intercomunicação” também se mostra relevante, indicando que os falantes de português L1 que também transitam por contextos em que se falam línguas bantu favorecem a ausência do artigo ($PR = .684$), em contraste com os indivíduos que afirmam usar exclusivamente o português ($PR = .316$),

o que pode seguir algum impacto do contato entre línguas mesmo no comportamento dos falantes que assumem ter como L1 o português. Além disso, o “sexo” apresenta influência significativa, com maior favorecimento entre homens (PR = .643) do que entre mulheres (PR = .357).

Por fim, o “tipo de posse” revela padrões discursivos sistemáticos, com maior favorecimento em relações pessoais e partes do corpo, e desfavorecimento em posse abstrata e posse alienável, indicando que fatores semântico-discursivos também participam de modo relevante na organização da variação. Conjuntamente, esses resultados confirmam que a ausência do artigo definido no PT L1 urbano em Moçambique emerge de uma interação complexa entre restrições estruturais, sociais e de contato linguístico, característica de sistemas variáveis em contextos multilíngues.

Na tabela 3, a seguir, apresentam-se a distribuição percentual, os pesos relativos e os *logodds* para as variáveis estatisticamente relevantes nos dados dos indivíduos que se autodeclararam falantes de português L2:

Tabela 3 – Variáveis selecionadas para a ausência de artigo definido – falantes de PT L2

Variante	Apl/T	PR.	logodds	variante	Apl/T	PR.	logodds
1. Tipo de sintagma				3. Faixa etária			
SN	90/162 = 55%	.635	0.552	18a-35a	50/94 = 53,2%	.670	0.707
SPrep	16/73 = 21,9%	.365	-0.552	36a-55a	6/28 = 21,4%	.233	-1.192
2. Tipo de posse				mais de 56a	50/113 = 44,2%	.619	0.486
Relações pessoais	18/25 = 72%	.681	0.757	4. Função na estrutura de predicação			
Posse alienável	15/31 = 48,4%	.635	0.553	Argumento	98/186 = 52,7%	.661	0.669

Parentesco	46/81 = 56,8%	.482	-0.072	Adjunto	8/49 = 16,3%	.339	-0.669
Posse abstrata	27/98 = 27,6%	.225	-1.238				

Fonte: elaboração própria.

Os resultados expressos na tabela 3 indicam que, entre os falantes de Português como L2, a ausência do artigo definido é condicionada por um conjunto consistente de fatores estruturais/semânticos e uma variável de cunho social. O “tipo de sintagma” exerce papel central, com favorecimento da ausência em sintagmas nominais (SN) ($PR = .635$; $logodds = 0.552$) e desfavorecimento em sintagmas preposicionados (SPrep) ($PR = .365$; $logodds = -0.552$). No domínio semântico, o “tipo de posse” mostra um padrão hierarquizado, em que relações pessoais ($PR = .681$) e posse alienável ($PR = .635$) favorecem a ausência, enquanto parentesco apresenta comportamento neutro ($PR = .482$) e posse abstrata a desfavorece fortemente ($PR = .225$; $logodds = -1.238$).

Do ponto de vista social, a “faixa etária” revela efeitos relevantes, com maior favorecimento entre falantes de 18-35 anos ($PR = .670$) e mais de 56 anos ($PR = .619$), e forte restrição no grupo de 36-55 anos ($PR = .233$). Por fim, a função na estrutura de predicação evidencia que sintagmas em função de argumento favorecem a ausência ($PR = .661$; $logodds = 0.669$), ao passo que sintagmas em funções de adjunto a desfavorecem ($PR = .339$; $logodds = -0.669$).

Em conjunto, esses resultados apontam para um sistema de variação fortemente regulado por fatores estruturais e semântico-funcionais, com modulação social específica, sugerindo que, entre os falantes que autodeclaram ter o português como L2, a ausência do artigo definido se organiza sobretudo com base em princípios gramaticais, articulados a padrões de aquisição e uso em contexto de multilinguismo.

Em perspectiva contrastiva, observa-se que, embora falantes de PT L1 e PT L2 compartilhem a centralidade de restrições estruturais — notadamente o “tipo de sintagma”, com favorecimento sistemático da ausência em SN e desfavorecimento em SPrep —, os dois grupos se distinguem quanto à arquitetura sociolinguística que organiza a variação. Entre os falantes de PT L1, a ausência do artigo definido emerge de uma configuração multifatorial complexa, na qual fatores estruturais se articulam de modo denso a restrições sociais (“escolaridade”, “sexo”) e às “línguas de intercomunicação”, bem como a padrões semântico-discursivos (“tipo de posse”), refletindo um sistema em que a variação se inscreve em processos de estratificação social, normatividade e contato linguístico.

Já entre os falantes de PT L2, o padrão é mais linguisticamente ancorado, com predominância de fatores estruturais e semânticos/funcionais (“tipo de sintagma”, “tipo de posse” e “função sintática”), e com reduzida incidência de variáveis sociais, restrita à “faixa etária”, o que sugere uma organização da variação mais fortemente regulada por princípios do sistema linguístico e por dinâmicas de aquisição e uso do português em contexto multilíngue. Desse modo, enquanto o PT L1 urbano em Moçambique revela uma variação densamente socializada, o PT L2 configura um sistema em que a ausência do artigo definido se estrutura prioritariamente por restrições gramaticais e semântico-funcionais, evidenciando arquiteturas variáveis distintas para a mesma variável morfossintática.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar a interação entre condicionamentos linguísticos extralinguísticos que atuam para favorecer a ausência do artigo definido diante de possessivos na norma urbana do português em Moçambique, a partir de uma abordagem comparativa entre os indivíduos que se autodeclaram

falantes de português como L1 e falantes de português como L2. Os resultados evidenciam, de forma consistente, que se trata de um fenômeno variável sistematicamente estruturado, cuja organização interna não é aleatória, mas regulada por restrições hierarquizadas de natureza estrutural, semântica/funcional e social, com pesos diferenciados conforme o estatuto de aquisição do português autodeclarado pelo falante.

Em ambos os grupos, a centralidade do “tipo de sintagma” confirma-se como o principal eixo estruturador da variação, com favorecimento recorrente da ausência em sintagmas nominais e desfavorecimento em sintagmas preposicionados, o que aponta para a existência de um núcleo gramatical comum no funcionamento do fenômeno. Esse padrão compartilhado sugere que a variação se ancora em princípios estruturais do sistema do português, independentemente da condição de L1 ou L2, configurando uma base comum de restrições formais.

Entretanto, a análise contrastiva revela que a arquitetura sociolinguística da variação difere entre os dois grupos. Entre os falantes de PT L1, a ausência do artigo definido emerge de uma configuração multifatorial complexa, na qual fatores estruturais se articulam densamente a variáveis sociais (“escolaridade”, “sexo”), às “línguas de intercomunicação” e a restrições semântico-discursivas (“tipo de posse”). Esse padrão pode sugerir um sistema variável altamente sensível a regimes de valor simbólico associados à norma de referência e às práticas linguísticas legitimadas.

Por sua vez, entre os falantes de PT L2, observa-se uma organização distinta, caracterizada pela predominância de fatores estruturais, semânticos/funcionais (“tipo de sintagma”, “tipo de posse” e “função sintática”), com incidência social mais restrita, limitada essencialmente à variável faixa etária. Esse perfil pode evidenciar que a variação, nesse grupo, se estrutura prioritariamente a partir de princípios gramaticais e de dinâmicas de aquisição e uso do português em contexto multilíngue, configurando um sistema menos atravessado por processos de estratificação

social e mais regulado por restrições internas ao sistema linguístico. A comparação entre os dados dos falantes de PT L1 e os dos falantes de PT L2 no contexto urbano em Moçambique parece confirmar que o estatuto de aquisição do português atua significativamente na organização da regra variável aqui em análise.

Por fim, este trabalho contribui para os estudos sobre variedades do português em África ao demonstrar que a variação no uso de artigos definidos diante de possessivos é um fenômeno que revela a complexidade dos repertórios linguísticos em contextos multilíngues. O intuito, com trabalhos dessa natureza, é oferecer subsídios não só para o conhecimento de uma variedade do português ainda em descoberta pela pesquisa sociolinguística, como também para uma compreensão mais ampla sobre gramáticas variáveis do português em contextos pós-coloniais e multilíngues.

The role of Portuguese acquisition status in the use of the definite article before possessive pronouns in urban Mozambican norm

ABSTRACT: This paper examines variation in the use of the definite article before possessive pronouns in the urban variety of Mozambican Portuguese spoken in Maputo. Grounded in the Variationist Sociolinguistic framework, the study analyzes 627 tokens drawn from an oral corpus collected in 2016, contrasting speakers who self-identify Portuguese as L1 and as L2 (with a Bantu L1). The results indicate that, although article presence is the majority variant overall, article absence is productive and systematically constrained. In both groups, type of phrase is the most robust structural predictor, favoring article absence in nominal phrases and disfavoring it in prepositional phrases. Crucially, however, the sociolinguistic architecture of variation differs by acquisition status: among L1 speakers, variation is shaped by a dense interaction of structural, semantic-discursive, and social factors, whereas among L2 speakers it is primarily governed by grammatical and semantic-functional constraints, with limited social constraints. These findings highlight the impact of multilingualism and language contact on variable grammars and contribute to broader discussions of convergence and divergence among varieties of Portuguese.

KEYWORDS: definite article; possessive pronoun; variation; Mozambican Portuguese; language contact.

REFERÊNCIAS

ATANÁSIO, Nicolau. *Ausência de artigo no português de Moçambique: análise de um corpus constituído por textos de alunos do ensino básico em Nampula*. 2002. 178 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade Pedagógica-Moçambique, Nampula, 2002.

AZEVEDO, Matheus de Araújo. *A variação no uso de artigo definido diante de possessivos pré-nominais no português falado em Luanda-Angola: uma análise sociolinguística*. 2025. 126 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2025.

BAXTER, Alan; LOPES, Norma. O artigo definido. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BAZENGA, Aline (2023): Variação em construções possessivas pré-nominais do português: Um estudo sobre os usos de falantes do Funchal (Ilha da Madeira, Portugal). *Reflexos*, n. 6, 19 abr. 2023. Disponível em: <http://interfas.univ-tlse2.fr/reflexos/1108>. Acesso em: 20 maio 2026.

CALLOU, Dinah; SILVA, Giselle Machline Oliveira. O uso do artigo definido em contextos específicos. In: HORA, Demerval da (org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997.

CARRILHO, Ernestina; PEREIRA, Sandra. Sobre a distribuição geográfica de construções sintácticas não-padrão em português europeu. *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. p.125-138.

CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHIMBUTANE, Feliciano. Portuguese anda african languages in Mozambique. In: LÓPEZ, Laura; GONÇALVES, Perpétua; AVELAR, Juanito Ornelas de. (ed.). *The Portuguese language continuum in Africa and Brazil*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 89-110.

FIGUEIREDO, Carlos Felipe Guimarães. Uso variável do artigo definido no português da comunidade de Almoxarife, São Tomé. *Journal of Ibero-Romance Creoles*, Lisboa, v. 9, n. 1, p. 358-389, 2019.

FIRMINO, Gregório. *A questão linguística na África pós-Colonial: o caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: PROMÉDIA, 2002.

GOMES, Danielle Kely; CORDEIRO, Livia Rodrigues. O uso variável de artigo definido diante de pronome possessivo na variedade urbana do Português de São Tomé. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, p. 95-114, 2021.

INVERNO, Liliana; SWOLKIEN, Dominika. O artigo definido zero em dois contextos específicos no português do Brasil e no crioulo de Cabo Verde. *Biblos*, Coimbra, v. 1, p. 179-192, 2003.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LANGA, David Alberto Seth. Percepções da comunidade moçambicana bilingue em relação ao uso do português e das línguas maternas Bantu. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 13; n. 3 – especial, p. 259-281, 2019.

LOPES, Norma da Silva; BAXTER, Alan. Os Tongas: contribuição para o estudo do português brasileiro. In: *SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA, LETRAS E EDUCAÇÃO*. 2011. Uberlândia. *Anais do Seminário Internacional de Linguística, Letras e Educação (SILEL)*, v. 2, n. 2, Uberlândia: EDUFU, 2011. p.1-11.

MAGALHÃES, Telma Vianna. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. *Leitura*, Maceió, v. 1, n. 47, p. 123-143, jun. 2011.

SILVA, Giselle Machline Oliveira. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. 1982. 458 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SILVA, Giselle Machline Oliveira. Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, Giselle Machline Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (org.). *Padrões*

sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.125-145.

RINKE, Esther. A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Lingüística Galega*, Santiago de Compostela, v. 2, p. 121-139, 2010.

SCHEI, Ane. O artigo definido frente a pronomes possessivos na literatura brasileira do século XIX. *Revista da ABRALIN*, v. 8, n. 2, p. 15-44, jul./dez. 2009.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].